



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

INFORMAÇÃO Nº 8624 - TRE/PRE/DG/AJDG

Sra. Pregoeira,

Vieram os autos à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral para que se manifestasse acerca do pedido de impugnação impetrado pela empresa Marina Artes Gráficas, de forma a subsidiar eventual decisão a ser proferida pela autoridade competente, nos termos do pedido da impugnante constante do documento encartado nos autos sob o protocolo SEI nº 0855517.

O Decreto 10.024/2019, responsável pela regulamentação da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, disciplina de forma expressa que compete ao Pregoeiro receber, examinar e decidir sobre as impugnações interpostas, *in verbis*:

"Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - **receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos**, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;" (grifo nosso).

Já o §1º do art. 24 do referido diploma legal, ao disciplinar o tratamento a ser dado para as impugnações realizadas, corrobora a competência do Pregoeiro para decidir com relação à sua procedência:

"Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação."

Nota-se que o regulamento do pregão, ao direcionar ao Pregoeiro a competência para analisar as impugnações interpostas, determina que os responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos prestem o devido auxílio. No caso em concreto, verifica-se nos autos que seria a Seção de Licitação e Compras a unidade responsável pela confecção do instrumento convocatório.

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral geralmente se manifesta após o encerramento da sessão pública, quando da análise da regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro para fins de subsidiar a homologação do pregão pelo Diretor-Geral.

Desse modo, entende a Assessoria Jurídica que a análise e posterior decisão sobre o cabimento de pedido de impugnação ao instrumento convocatório seria uma das atividades do Pregoeiro dentre as elencadas no art. 17 do Decreto Federal nº 10.024/2019, passível de análise da regularidade jurídica pela AJDG em momento oportuno, qual seja, quando da verificação da regularidade dos atos praticados na condução do certame público para fins de homologação.

Postas as informações, remeto os autos para a Pregoeira, para que examine a impugnação interposta pela empresa Marina Artes Gráficas e decida sobre a sua procedência.

É a informação.

Campo Grande/MS, *data da assinatura eletrônica*.

Fábio Affonso Jacob dos Santos

Assistente III

Jorge Gaidarji

Assessor Jurídico



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GAIDARJI DA COSTA, Analista Judiciário**, em 09/07/2020, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO AFFONSO JACOB DOS SANTOS, Técnico Judiciário**, em 09/07/2020, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0855866** e o código CRC **BEBE23A9**.